



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639865 - SC (2021/0011256-7)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
LUDMILA GRADICI CARVALHO DRUMOND - SC036422
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : PAULO CESAR ANASTACIO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAULO CESAR ANASTACIO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 5002420-07.2020.8.24.0014).

O paciente foi condenado às penas de 8 anos e 2 meses de reclusão no regime inicial fechado e de 22 dias-multa, como incurso no art. 157, *caput*, por duas vezes, na forma do art. 71, parágrafo único, c/c o art. 61, inciso I e o art. 65, inciso III, 'd', (em relação ao 2º fato), todos do Código Penal.

O impetrante sustenta que o réu faria jus ao redimensionamento da fração de aumento de pena aplicada em razão da continuidade delitiva para o total de 1/6 e, conseqüentemente, à redução da reprimenda final imposta.

Alega que, na hipótese dos autos, a incidência da referida exasperação no patamar de 1/2 seria desproporcional e desprovida de fundamentação idônea que justificasse a medida.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da condenação até o julgamento final do *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja reduzida a reprimenda aplicada ao paciente, nos termos acima expostos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência